

Recesso não começa enquanto Medidas Provisórias não forem votadas

Embora tenha votado ontem o projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU), o Congresso ainda pode ser chamado a trabalhar no período de recesso. Para isso, basta que o presidente Fernando Collor reedite ou edite alguma Medida Provisória. O Congresso seria automaticamente convocado num prazo de cinco dias. Até às 20h de ontem os parlamentares ainda não haviam chegado a um acordo sobre a votação das medidas editadas pelo governo no fim de semana. A idéia era de se votar todas elas, de modo a permitir que os parlamentares entrassem em férias, mas havia impasse em algumas negociações.

Esse era o caso, por exemplo, da Medida Provisória que reativou os fundos de investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor). O Congresso queria recusar as duas medidas, pois já legislou sobre o assunto nas sessões de sexta-feira — Câmara — e domingo — Senado. Havia impasse também sobre o reajuste dos vencimentos dos militares, que foi superior ao aumento concedido aos funcionários civis. A idéia é se chegar a um índice comum para as duas categorias.

Senado

Em sessões contínuas, realizadas das 15 às 22 horas de sábado e das 10 às 16 horas de ontem, o Senado aprovou quase 20 projetos, ratificando vários precedentes da Câmara. Mas boa parte do tempo foi tomada por discussões estereis, como a que se deu em torno da transferência da Embratur para Brasília —

descobrimo-se, depois de mais de uma hora de debates, que ela já está em curso.

Entre os projetos aprovados está o que autoriza o governo do Estado de São Paulo a emitir 66.854.703 bônus do Tesouro, até o fim deste mês, para substituir suas Letras Financeiras, o que lhe permitirá, segundo o relator da matéria, “enfrentar as dificuldades com que se depara face à política monetária restritiva do governo federal”. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) disse que o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia não obteve tudo que pediu, mas ficou satisfeito.

Remunerações

Foi também aprovado o projeto que institui a Taxa de Con-

servação Rodoviária, que vai agora à sanção presidencial. A nova taxa, a ser incluída no preço dos combustíveis, será cobrada a partir de 1º de março. Outros projetos aprovados são os que fixam a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República (Cr\$ 700 mil e Cr\$ 500 mil, respectivamente, sem contar o reajuste de 81% em janeiro) e dos Ministros de Estado (Cr\$ 950 mil, que não serão alterados em janeiro).

A remuneração dos próprios deputados e senadores para os próximos quatro anos também foi aprovada — mantidos os atuais Cr\$ 794 mil, mas com direitos ao reajuste de 81% dos servidores em janeiro.

Foram ainda aprovados pro-

jetos regulamentando a transferência de recursos para os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (ainda sujeito ao exame da Câmara); proibindo a utilização do clorofluorcarboneto (terá de voltar à Câmara); recriando o Finor e o Finam; e dispondo sobre a gestão do Sistema Único de Saúde.

Vários outros projetos, considerados de caráter urgente, ficaram para a sessão noturna. Pelo menos um deles, o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), estava decidido a não colocar em votação sem um maior exame: o que regula o funcionamento do Ministério Público da União. Esse projeto foi aprovado na última quinta-feira pela Câmara.



Os líderes do governo e do PMDB conversam com o presidente do Senado, Nelson Carneiro.